



EDITORIAL

Apresento o número 62 (Edição 2022/2) da Revista BARBARÓI, vinculada ao Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A Revista BARBARÓI constitui um espaço editorial das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências da Saúde e da Filosofia. Tem compromissos com a reflexão teórica e atualizada de temas de interesse que se cruzam nas áreas da Filosofia, da Psicologia, da Enfermagem, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia e do Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, a BARBARÓI promove o debate interdisciplinar, com intuito de contribuir para o desenvolvimento dos saberes, publicando resultados de pesquisas, ensaios, revisões bibliográficas, relatos de experiências, nas áreas de conhecimento indicadas.

Nesta sexagésima segunda edição colaboraram pesquisadores de diferentes áreas de saber. São quinze artigos que apresentam análises e reflexões de autores/as vinculados/as às áreas da educação, da antropologia, da psicologia, da geografia, do direito, do serviço social, da saúde. Nos artigos, os leitores encontrarão reflexões de interesse acadêmico e de relevância para ampliar a compreensão de diferentes problemas sociais que estão presentes na sociedade brasileira.

Os dois primeiros artigos abordam questões relacionadas à saúde mental e, mais especificamente, sobre o suicídio.

No primeiro artigo, **Ideação Suicida em uma Amostra de Paraibanos: correlatos sociodemográficos**, *Thairys Cristina Sobreira Moreno* e *Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo* propõem uma análise da correlação sociodemográfica da ideação suicida, considerando uma amostra populacional do estado da Paraíba, Brasil. Os autores, a partir dos dados coletados, identificaram que as pessoas que não trabalham, que não possuem filhos e que são solteiras apresentam maior média de ideação suicida. Para

além disso, chamam atenção para o fato de que a ideação suicida aumenta entre pessoas de menor idade, com menos anos de estudo e com menor “compromisso religioso”. Um estudo sobre o suicídio, portanto, que coloca em questão, a partir de uma perspectiva sociodemográfica, a relação entre suicídio e a ausência de laços sociais, mas também tendências recentes de ideação suicida na sociedade brasileira.

O segundo artigo foi escrito por *Ariela Pinto Quartiero, Lucas Lazzarotto Vanconcelos Costa e Aline Cardoso Siqueira* e tem como título **A Prevalência e os Fatores de Ideação Suicida entre Universitários em Tempos da Pandemia da Covid-19**. No artigo, os autores analisam a ideação suicida e os fatores associados à ideação suicida entre universitários de diferentes instituições de ensino superior no Brasil. E analisam essa problemática considerando o contexto da pandemia da Covid-19. A pesquisa realizada pelos autores, na qual participaram 1.303 estudantes universitários (que responderam um questionário, enviado por meio de redes sociais e lista de emails de universidades brasileiras), indicou uma significativa prevalência de ideação suicida (33,8% da amostra de estudantes pesquisados), “sendo que para 67,06% o pensamento suicida se potencializou na pandemia”. A partir do modelo final de regressão binária que os autores utilizaram na pesquisa, as variáveis “ter sofrido uma perda significativa recentemente”, “automedicar-se”, “ter tido alguma internação psiquiátrica”, “ter conhecimento de alguém que tenha ideação suicida”, “não ter hábitos de prática esportiva”, menor idade e menor rede de apoio foram significativas para presença de ideação suicida. Para os autores, os resultados obtidos com a pesquisa permitem afirmar que são de grande importância “ações de prevenção e promoção de saúde mental no ambiente universitário”.

Socorro Taynara Araújo Carvalho, Beatriz Alves Viana, Ana Ramyres Andrade de Araújo e Heliandra Linhares Aragão são as autoras do terceiro artigo, **Quem “Liga” para Saúde Mental no Contexto Pandêmico? Uma experiência de acolhimento psicológico online**. No artigo, as autoras apresentam um relato de uma experiência de estágio voluntário, realizado num projeto de abrangência nacional e direcionado a atendimentos psicológicos sociais online “para sujeitos com demandas de sofrimento psicológico, desencadeado pelas consequências da pandemia da Covid-19”. Para as autoras, o “cenário pandêmico acarretou elevados níveis de ansiedade”; no entanto, as demandas das pessoas atendidas no Projeto estiveram relacionadas a questões subjetivas preexistentes, não se restringindo somente ao período pandêmico. Para as autoras, a

experiência de estágio permitiu perceber a importância do acolhimento psicológico durante a pandemia, mas também da oferta de serviços online que tenham como objetivo esse acolhimento.

No quarto artigo, **Impactos psicossociais do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BH Billiton em Mariana/MG**, *Débora Diana da Rosa e Claudia Mayorga* apresentam dados de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar os “impactos do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a população atingida em Mariana/MG”. A análise das autoras enfatiza o “profundo imbricamento entre capitalismo, mineração e violência psicossocial, nexos de uma mesma cadeia de exploração”.

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais de 2016 e 2019, escrito por *Lumihá Cristina Teixeira da Silva e Alfredo Aparecido Batista*, é o quinto artigo desta edição. No artigo, os autores colocam em questão a violência sexual contra crianças e adolescentes, a partir da produção científica que encontraram nos anais de duas edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: os Congressos realizados em 2016 e em 2019. A partir da pesquisa realizada, os autores apresentam algumas questões para a reflexão: “a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma relação assimétrica e hierárquica, com fins de dominação e exploração”; a família é dicotômica, sendo espaço de proteção e de possível violação; os maiores números de denúncias referem-se a violência sexual cometidas contra crianças do sexo feminino, do que decorre que são essas crianças as maiores vítimas da violência sexual.

Marjory Furlan Rueda é a autora do sexto artigo: **Os Direitos Fundamentais e a Convivência Familiar e Comunitária de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto Em Teses e Dissertações Recentes do Brasil**. No artigo, a autora “aborda a temática do direito à convivência familiar e comunitária de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto”. A partir da bibliografia realizada, considerando teses e dissertações relacionadas à temática, a autora argumenta que os estudos existentes confirmam a premissa segundo a qual “as medidas socioeducativas em meio aberto são mais efetivas ao não privarem o adolescente do seu convívio social e familiar”. Essa é uma questão fundamental, enfatiza a autora, pois o “exercício da cidadania pelos adolescentes só acontece a partir da sua inserção no território e convívio”. Nesse sentido, finaliza a autora, “é

imprescindível a adoção de políticas públicas condizentes com a realidade social que assegurem condições para o rompimento com a trajetória infracional do adolescente”.

No sétimo artigo, **Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida: cartografia de Redes Sociotécnicas**, *Cristiane Damega e Irme Salete Bonamigo* colocam em questão “a rede de políticas públicas envolvidas no atendimento em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida”. Utilizando-se de uma análise a partir da Teoria-Ator-Rede (TAR), proposta por Bruno Latour, as autoras indicam que “cada adolescente pesquisado produz e é produzido pela rede em que se conecta, em um jogo de força que estabiliza e desestabiliza configurações e situações”. Essa rede, assinalam as autoras, é “composta por atores humanos e não-humanos que os produzem enquanto sujeitos”, mas a liberdade assistida se destaca, pois “tem um caráter socializador e de responsabilização e busca assegurar alguns direitos, o que demanda a implicação de outras políticas públicas”.

No oitavo artigo, **Serviço Social Tradicional e a “Ordem”: elementos para um debate**, *Rossana Bogorny Heize* propõe reflexões sobre “os traços tradicionais e conservadores que, junto aos traços renovados, moldam a imagem socialmente reconhecida da profissão” de assistente social. Segundo a autora, ao se reatualizarem de acordo com as características conjunturais, esses traços exigem dos assistentes sociais “o conhecimento de alguns de seus principais aspectos e a habilidade de compreender em que medida têm permeado de alguma maneira o exercício profissional”. No artigo, a autora versa sobre tendências e influências higienistas, doutrinárias com apropriação de filosofia neotomista, sobre positivismo e funcionalismo, assim como sua relevância para a formação e a ética tradicionais. Conclui que se tratam de “perspectivas por vezes antagônicas, que dão a característica eclética ao serviço social tradicional, mas que como fundo tratam da manutenção da ordem burguesa e de uma visão de coesão social”.

No nono artigo, **Bengala, Preconceito e Dificuldade: representações e identidade social de pessoas cegas e com baixa visão**, *Daniela Cardoso de Oliveira* apresenta dados de uma pesquisa realizada com o objetivo de “compreender a relação entre as representações sociais da deficiência visual e a identidade social para pessoas cegas e com baixa visão”. A partir dos dados levantados através da pesquisa, a autora argumenta que “a representação social de ‘cego’ está ancorada na representação de ‘preconceito’, enquanto a representação social de ‘baixa visão’ está ancorada na representação de ‘dificuldade’”. Além disso, “a objetificação da pessoa cega ocorre por

meio da bengala” e a identidade social do grupo de pessoas cegas “aparenta relativa coesão, já a do grupo de pessoas com baixa visão parece bastante fragmentada”.

Vanessa Branco Cardoso é a autora do décimo artigo, **A Redução ao Absurdo de Cada Dia: trabalho, crime, religião e racismo**. No artigo, a autora coloca em questão as “articulações existentes entre as lógicas do empreendedorismo, do crime e da religiosidade em seu atravessamento por um dispositivo necropolítico colonial”. Para a autora, o “racismo estrutural e o estigma da periculosidade criam a figura do ‘vagabundo’ como par oposto ao trabalhador, por uma sobreposição de camadas discursivas e imagéticas que criminaliza, encarcera e extermina juventudes negras periféricas em nome da manutenção dos privilégios da branquitude”. Nesse sentido, continua a autora, o “sistema penal brasileiro é racista e classista, perpetuando a lógica moderno-colonial que entra para elaboração das políticas de segurança pública”. Contudo, “colapsando essa racionalidade”, a autora enfatiza que o “o crime organizado não funciona fora da lógica neoliberal, da moral empreendedora e conservadora vigente”. Nesse sentido, a “redução ao absurdo nos ajuda a olhar de outra forma para as noções de culpa, mérito e para a própria noção de trabalho, levando-a aos seus limites, transgredindo as fronteiras jurídicas, para visibilizar que ambos comungam de uma rede de valores coloniais: agressividade competitiva, disciplina, obediência à hierarquia e elevação moral”.

José da Silva Oliveira Neto é o autor do décimo primeiro artigo: **A Literatura como Aporte Humanizador na Formação Acadêmica em Psicologia: um contraponto ao produtivismo**. O autor assinala que a “formação acadêmica tem sido permeada por exigências cada vez mais voltadas para as demandas do capital, o que vem consolidando o produtivismo por parte dos docentes, incidindo também em metas a serem cumpridas pelos estudantes, causando uma automação do processo de ensino e aprendizagem”. A partir de uma abordagem sustentada pela ontologia marxiana-lukacsiana e pela psicologia histórico-cultural, o autor propõe uma análise acerca da importância da literatura como “aporte humanizador na formação do estudante”, objetivando, assim, “contribuir para a ruptura do academicismo” presente nas instituições de ensino. A literatura, argumenta o autor, “enquanto forma de arte e, portanto, linguagem, é situada como ferramenta emancipatória frente aos engendramentos do capital no ensino superior”. Por fim, com consciência dos “limites impostos pela materialidade”, o autor propõe que se considere a via proposta como um caminho a partir do qual os estudantes

podem “compartilhar experiências acadêmicas uns com os outros e (re)pensar sua formação enquanto futuros profissionais”.

Na sequência, no décimo segundo artigo, **Os usos (e abusos) do Conceito de Governança na Análise de Políticas Públicas**, *Leticia Maria Schabbach* examina o estado da arte do “debate em torno do conceito de governança, apresentando o contexto de seu surgimento, as várias definições que comporta, os seus principais elementos e as críticas que lhe acompanham”. Para a autora, o conceito de governança, que é amplamente disseminado no campo de análises das políticas públicas, “apresenta potencialidades e limites, que, quando explicitados, permitem evitar possíveis equívocos e abusos em sua utilização”.

No décimo terceiro artigo, **A Utilização da Plataforma Youtube no Ensino de Sociologia no Contexto do Ensino Remoto**, *Fernanda Mendes Dias e Laiane Moraes Damasceno* indicam que, durante o ensino remoto emergencial no Brasil (a partir de 2020, com a Pandemia da Covid-19), diversas tecnologias digitais foram utilizadas por escolas e professores como ferramentas de suporte ao processo de ensino-aprendizagem. Dentre essas tecnologias digitais está o *YouTube*. Nesse sentido, no artigo as autoras analisam “de que maneira professores (as) do Distrito Federal adotaram o *Youtube* nas atividades de Sociologia durante o ensino remoto”. A partir de uma pesquisa realizada com professores do Distrito Federal, as autoras indicam que o *Youtube* foi amplamente utilizado como recurso pedagógico de apoio para o planejamento e para a realização das atividades síncronas e assíncronas, disponibilizadas pelos(as) professores (as) aos (às) estudantes.

Rodrigo David e Virgínia Elisabeta Etges, com **O Sindicalismo Rural na Região de Santa Cruz do Sul – RS**, são os autores do décimo quarto artigo deste número. No artigo, os autores analisam a representatividade dos agricultores familiares pelo Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares (STR), vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG), e pelo Sindicato Rural, vinculado à Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL). Argumentam que as duas entidades investigadas “representam concepções divergentes sobre o significado de desenvolvimento rural” e que, na região de estudo, o STR apresenta maior legitimidade na representação dos agricultores familiares, “tendo em vista a sua trajetória histórica, seus propósitos e sua atuação em defesa das necessidades e dos desafios do segmento da Agricultura Familiar”.

Por fim, apresentamos o ensaio **Nietzsche e Caeiro: por que damos valores às coisas?**, escrito por *Barbara Smolniakof* e *Ozeias F. Rodrigues*. No ensaio, os autores pretendem fazer uma leitura filosófica de um canto de Alberto Caeiro e, a partir do tema do valor, aproximá-lo do que Nietzsche esboçou a respeito do tema. Para eles, a pergunta que surge no poema: “Por que atribuo eu beleza às coisas?” é fundamentalmente filosófica, já que se pergunta sobre o *porquê* de atribuir beleza às coisas do mundo. Uma vez apresentada a pergunta, os autores trazem a filosofia de Nietzsche “como um modo de pensar uma resposta para ela, levando em conta o que este filósofo disse sobre o tema”.

Ao final deste Editorial, agradeço a todos autores e todas autoras pela contribuição à Revista BARBARÓI, bem como aos pareceristas e às pareceristas que, sempre de forma generosa, dedicaram tempo em seus trabalhos para a leitura e a avaliação dos artigos. Muito obrigado a todos e a todas.

Aproveito para informar, também em forma de agradecimento, que essa edição é a última na qual atuo como Editor da Revista BARBARÓI. A partir de 2023, o Departamento de Ciências, Humanidades e Educação deverá encaminhar um novo formato de editoração da Revista, sempre com a preocupação de mantê-la enquanto um espaço/tempo de incentivo à reflexão e ao debate sobre temas de interesse do grande campo das ciências sociais e humanas. Agradeço, nesse sentido, a todos/as bolsistas que trabalharam na Revista, aos/às pareceristas, aos/às autores (as), aos/às colegas da UNISC, aos/às leitores (as). Foram cinco anos de editoração da BARBARÓI, período no qual, para além dos desafios e das dificuldades, vivenciei muitas aprendizagens, tanto decorrentes do trabalho de editoração quanto das leituras dos inúmeros textos que foram publicados. Que a BARBARÓI resista e que nunca lhe falte defensores, para que possamos manter, a partir de uma Universidade Comunitária, localizada no interior do Rio Grande do Sul, esse importante espaço de socialização de conhecimentos.

E fica o convite, sempre, para que acompanhem nossas publicações e para que continuem colaborando com nossas propostas de editoração. Muito obrigado a todos e a todas e uma boa leitura.

Marco André Cadoná

Editor da BARBARÓI